

"MUDAR A VIDA": DA REVOLUÇÃO URBANA À REVOLUÇÃO DO ESPAÇO – O PROJETO DE HENRI LEFEBVRE

Cláudio Smalley Soares Pereira*

Universidade Estadual Paulista

Resumo: A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre é hoje uma das principais contribuições debatidas na teoria social contemporânea quando o assunto é a espacialidade da vida social. Este artigo se insere nessa discussão. No entanto, chama a atenção para outros aspectos da teoria lefebvriana que foram pouco discutidos e merecem uma maior atenção por parte de seus interlocutores. O argumento central é que Lefebvre elabora um projeto teórico-prático que tem como finalidade a revolução do espaço, a qual teria um alcance mais amplo e mais profundo que a revolução urbana, sem excluí-la. Para mudar a vida, seria necessário revolucionar o espaço por meio da produção de um novo espaço. A intenção é, portanto, contribuir para o debate sobre a teoria da produção do espaço e sobre os aportes teóricos oferecidos por esta teoria para a compreensão do mundo atual.

Palavras-chave: Mudar a vida. Produção do espaço. Projeto. Revolução do espaço. Revolução urbana.

"CHANGE LIFE": FROM URBAN REVOLUTION TO SPACE REVOLUTION – HENRI LEFEBVRE PROJECT

Abstract: The Henri Lefebvre's theory of the production of space is nowadays one of the main debated contributions in contemporary social theory when the subject is the spatiality of social life. This paper has place in this discussion. However, it draws attention to other aspects of lefebvrian theory that were little discussed and deserve a greater attention for its interlocutors part. The main argument is that Lefebvre elaborates a theoretical and practical project with the finality and revolution of space, in which would have a wider and deeper range than urban revolution, without excluded it. To change life would be necessary to revolutionize the space through the production of a new space. The intention is, therefore, to contribute for the debate about the theory of the production of space and about theoretical contributions offered by this theory to comprehend the current world.

Keywords: Change life. Space production. Project. Space revolution. Urban revolution.

"CAMBIAR LA VIDA": DE LA REVOLUCIÓN URBANA A LA REVOLUCIÓN DEL ESPACIO – EL PROYECTO DE HENRI LEFEBVRE

Resumen: La teoría de la producción del espacio de Henri Lefebvre es hoy una de las principales contribuciones debatidas en la teoría social contemporánea, por lo menos cuanto a la espacialidad de la vida social se refiere. Este artículo se inserta en esta discusión. Sin embargo, llama la atención sobre otros aspectos de la teoría lefebvriana que fueron poco discutidos y merecen una mayor atención por parte de sus interlocutores. El argumento central es que Lefebvre elabora un proyecto teórico-práctico que tiene como finalidad la revolución del espacio, la cual tendría un alcance más amplio y más profundo que la revolución urbana, sin excluirla, por supuesto. Para cambiar la vida sería necesario revolucionar el espacio a través de la producción de un nuevo espacio. De este modo, la intención es contribuir al debate sobre la teoría de la producción del espacio y sobre los aportes teóricos ofrecidos por esta teoría para la comprensión del mundo actual.

Palabras clave: Cambiar la vida. Producción del espacio. Proyecto. Revolución del espacio. Revolución urbana.

Introdução

Muitos estudiosos dos mais diversos campos do saber vêm se debruçando na compreensão da obra de Henri Lefebvre. Nos últimos anos, é notável o número de publicações a respeito das suas contribuições, particularmente em referência ao cotidiano, a cidade, o urbano e a produção do espaço.

A contribuição do filósofo francês é notável; compreende um vasto campo de conhecimento, indo desde a filosofia – sua área de formação – à sociologia rural, urbana, cotidiano, música, estética, história, política, linguística entre outros. Que não esqueçamos, também, as críticas ferrenhas ao estruturalismo e a ênfase na totalidade, sempre presente em suas obras. Certamente por isso o sociólogo uruguaio Carlos de Mattos tenha afirmado que “Lefebvre é inabarcável”¹. Não seria exagero identificá-lo como um dos mais influentes pensadores marxistas do século XX tanto pela sua vasta obra² quanto pela sua originalidade nas análises do mundo moderno.

O vasto temário discutido por Henri Lefebvre em seus escritos, muitos deles ignorados por grande parte do pensamento marxista, ao mesmo tempo em que o colocou num patamar de pensador crítico original, trouxe repercussões negativas, deixando-o em um relativo isolamento na paisagem intelectual marxista por um bom tempo³.

A sua contribuição, embora inovadora em muitos temas, como a vida cotidiana, a cidade e o urbano, e sobretudo o espaço, foram de alguma maneira incorporadas por alguns intelectuais, mas, de maneira geral, foi de certo modo ignorada ou mesmo taxada de idealista, hegeliana e revisionista⁴. Exemplar disso é a observação feita por Topalov (1988), que, ao analisar a experiência da pesquisa urbana após o ano de 1965, afirma que Lefebvre era um dos representantes de uma versão marxista de humanismo crítico, e, “ainda que seu pensamento tenha marcado profundamente uma parte do movimento estudantil de 1968, ele será considerado como puramente especulativo e, portanto, deploravelmente ignorado pela pesquisa urbana

¹Conferência no “Seminario Lefebvre y la revolución urbana, 6 de septiembre de 2013”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qLnp1kqxlSU>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

²Tanto Martins (1996) como Mattos (2013) contabilizam aproximadamente 70 livros publicados. Para José Paulo Netto (2015), Lefebvre “está entre os autores marxistas que mais escreveram e publicaram”.

³Como observou Perry Anderson: “Nenhuma mudança intelectual é sempre universal. Pelo menos uma exceção, para guardar a honra, ressalta-se contra a guinada geral de posições nesses anos. O mais antigo sobrevivente da tradição marxista ocidental por mim discutida, Henri Lefebvre, não se dobrou nem se desviou na sua oitava década de vida, continuando a produzir um trabalho imperturbável e original sobre temas tipicamente ignorados por boa parte da esquerda. Contudo, o preço de tal constância foi um relativo isolamento” (ANDERSON, 1985, p. 36). Tal marginalização tem também raízes nas polêmicas de Lefebvre com o Partido Comunista Francês (PCF), que culminou, em 1958, na sua “expulsão” (Lefebvre [1976, p. 87] afirma, categoricamente, que não foi expulso, mas suspenso, e que ele mesmo transformou essa suspensão em expulsão). Mais detalhes sobre o desenrolar desses fatos podem ser encontrados em Trebitscht (1997).

⁴Para uma análise mais detalhada sobre isso, ver Trebitscht (1997).

marxista dos anos 1970” (TOPALOV, 1988, p. 9)⁵. É importante ressaltar, ainda assim, que Lefebvre era um dos poucos professores marxistas engajados na academia. Além dele, podem ser citados Louis Althusser, Lucien Goldmann e alguns outros (THIOLLENT, 1998).

Entretanto, ao que parece, Lefebvre foi redescoberto! Não são poucas as pesquisas que vêm sendo empreendidas a partir da contribuição lefebvriana, sobretudo derivada da ideia de “direito à cidade”, para citar apenas um exemplo. Autores como Lencioni (2015), Carlos (2013), Fernandes (2012), Garnier (2012), Harvey (2008, 2012, 2014), Damiani (2012), Marcuse (2011), Merrifield (2011), Paquot (2009, 2011), Seabra (1996), como também edições especiais de alguns periódicos do temário social (*Espaces et Sociétés* [1994]; *Veredas* [2004]; *Rue Descartes* [2009]; *Urban* [2011]; *L'homme et la Société* [2012]; *Territórios* [2013]), para ficar apenas em poucas exemplificações, dão seguimento ao pensamento lefebvriano de uma maneira crítica, procurando entender as potencialidades da obra do autor e de seus conceitos e proposições para poder entender/mudar o mundo atual.

É exatamente neste ponto – entender/mudar o mundo – que se situa a proposta deste artigo. Partimos de uma hipótese segundo a qual o pensamento desenvolvido por Henri Lefebvre aponta uma ideia que parece ter passado despercebida pelos seus estudiosos ou, no mínimo, tem recebido pouca atenção: a revolução do espaço. De forma mais precisa, a hipótese deste artigo é de que na obra desenvolvida pelo pensador francês em tela há um projeto, que aparece em diversas passagens dos seus livros, e que será enfocada aqui tomando como ponto de partida a ideia de revolução urbana. A *revolução urbana* que seria, segundo Lefebvre, uma transformação radical no âmbito da urbanização, isto é, na constituição do urbano enquanto horizonte político, teórico e prático, isto é, enquanto virtualidade/possibilidade, teria sido incorporada em um projeto maior, o de uma *revolução do espaço*, ideia presente em *La production de l'espace* (1974) e em dois outros artigos intitulados: “*Le mondial et le planétaire*” (1973) e “*L'espace: produit social et valeur d'usage*” (1976). Não se trata de dizer que a “revolução urbana” – que incluiria o “direito à cidade” – tenha se tornado desimportante, mas que foi no contexto da lógica dialética do pensamento lefebvriano, incorporada a um projeto maior, mais amplo. Assim, para mudar a vida, não seria mais suficiente mudar somente a cidade, mas sim mudar o próprio espaço, o que implicaria, por sua vez,

⁵Ver também, a este respeito, uma entrevista de Edmond Preteceille (1989, p. 24), na qual afirma que Lefebvre teve no início da sociologia urbana marxista francesa uma grande importância, porém, rapidamente tendo sido deixado de lado, visto que o seu pensamento, para Preteceille (1989), estaria no plano de uma perspectiva de filosofia social, enquanto que a investigação empírica se tornava uma preocupação e um campo da prática crescente dos sociólogos urbanos franceses.

Sobre a revolução urbana

necessariamente, mudar a cidade. Nas suas palavras, “mudar a vida’, ‘mudar a sociedade’, não significa nada sem a produção de um espaço apropriado” (LEFEBVRE, 2000 [1974], p. 72)⁶.

A não compreensão do projeto lefebvriano, bem como uma leitura apressada e fragmentada de sua obra, pode levar a um entendimento equivocado do real sentido e significado da sua teoria da produção do espaço. Um exemplo disso é o próprio José Eli da Veiga, que em um artigo publicado no início dos anos 2000 questiona a hipótese da urbanização completa da sociedade lançada em *La révolution urbaine* ao lado da “renascença rural” (VEIGA, 2004). O autor, ao contrapor a teoria lefebvriana com “o renascimento rural” do geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, sugere que Lefebvre abandonou o seu próprio projeto e ainda especula que “a ‘completa urbanização’ já não mais estaria seduzindo, em 1973, seu próprio formulador” (VEIGA, 2004, p. 52). Na verdade, mesmo percebendo que Lefebvre “menciona uma ‘revolução do espaço’ que – entre parênteses – subsumiria a “revolução urbana”, análoga às grandes revoluções camponesa (agrária) e industrial” (VEIGA, 2004, p. 52)⁷, o autor deixa de compreender a profundidade, o sentido e a potencialidade do que realmente Lefebvre quer expressar. Mais do que subsumir a “revolução urbana” em uma “revolução do espaço”, como se esta anulasse aquela, o que Lefebvre sugere realmente é que a “revolução urbana” faria parte de uma “revolução do espaço”, esta tendo um alcance maior, isto é, de própria mudança da vida, da cidade, do cotidiano.

Procuraremos desenvolver esta hipótese tomando como referência principal a obra *La production de l'espace* e os seus livros a respeito da cidade e do urbano do final dos anos 1960 e do início dos anos 1970, o que não exclui as referências a outras obras em que a cidade, o urbano e o espaço aparecem de forma tangenciada, isto é, não central. Embora *La production de l'espace* seja, talvez, o principal livro de Lefebvre, e sem dúvida um dos mais citados nas últimas décadas pelos cientistas sociais que têm interesse na questão espacial (SCHMID, 2012), é necessário ter cuidado, visto que, como advertiu Goonewardena (2011, p. 11 – grifo do autor): “A *Produção do espaço* não é uma introdução fácil a Lefebvre; ao contrário, é necessário conhecer a totalidade de sua obra para entender este livro”.

⁶Optamos pela tradução das citações em vez de usá-las em francês, pois acreditamos tornar, assim, a leitura do texto mais fluida. As traduções são de nossa inteira responsabilidade.

⁷Esta passagem encontra-se em Lefebvre (2000, p. 481): “[...] o processo que se pode chamar ‘revolução do espaço’ (incluindo a ‘revolução urbana’) se concebe somente por analogia com as grandes revoluções camponesas (agrárias) e industriais: das revoltas bruscas, das pausas, de lentos empurrões, das retomadas a um nível mais elevado do conhecimento e da ação. E de intervenções criadoras”.

Segundo livro de uma série de seis publicados por Henri Lefebvre entre os anos de 1968 e 1974 dedicados ao fenômeno urbano, *La révolution urbaine* apresenta uma hipótese que ainda hoje é estudada e debatida por vários estudiosos: a urbanização completa da sociedade e a emergência de uma sociedade urbana, ou, em uma palavra, o urbano (LEFEBVRE, 2008b [1970]).

Segundo Paquot (2009, 2012), *La révolution urbaine* deriva diretamente do capítulo “Em torno do ponto crítico” do livro *Le droit à la ville*, de 1968. Mais do que isso, talvez, *La révolution urbaine* derive do próprio livro de 1968, ao apresentar um conjunto de questionamentos em torno da sociedade contemporânea, do papel do urbanismo como ideologia na produção de um espaço estranho aos “usadores”, redutor da vida social na cidade e do habitar, dando um passo adiante em torno das reflexões e proposições acerca da transformação da cidade e da própria vida urbana no seio da sociedade capitalista que já se encontravam no livro de 1968. Dito isso, podemos observar que a lógica dialética está na base da própria escrita da obra lefebvriana, em que livro após livro as reflexões são aprofundadas e elevadas a um nível cada vez mais amplo, de maior alcance teórico e prático.

Na introdução de *Espace et politique*, o autor afirma que os artigos da coletânea a respeito da cidade, do espaço e do urbano “apresentam etapas da descoberta”, parciais, mas do processo global. O próprio autor afirma, referindo-se a “este pequeno livro, e os que o acompanham ou o sucedem, não anula os precedentes, senão de forma dialética: ele os retoma tentando situá-los num nível mais elevado” (LEFEBVRE, 2008c, p. 35).

O argumento central de Lefebvre em *La révolution urbaine* é que a sociedade, no início dos anos 1970, caracterizada como “sociedade burocrática de consumo dirigido”, tornar-se-ia a sociedade urbana virtual por meio do processo de urbanização da sociedade⁸. A sociedade urbana é “a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”, escreve o filósofo francês logo nas primeiras linhas de seu livro (LEFEBVRE, 2008b, p. 13). Algumas páginas adiante ele define de forma mais precisa o que é a revolução urbana.

[Com] as palavras “revolução urbana”, designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano. (LEFEBVRE, 2008b, p. 17 – grifo do autor)

⁸Através e no seio da ‘sociedade burocrática de consumo dirigido’ a sociedade urbana está em gestação” (LEFEBVRE, 2008b, p. 15).

Ainda que a definição seja clara, ela deve ser encarada com cuidado, visto que a proposta não é simples, ao contrário do que possa parecer. Ao dizer isso, queremos chamar atenção para o fato de que a hipótese lefebvriana da urbanização completa, que resultaria na sociedade urbana, esta ao mesmo tempo real e virtual, é possível de ser analisada pelo viés do autor somente considerando que o mundo contemporâneo passa por uma série de transformações que podem ser consideradas pela rubrica “revolução urbana”. Aceitar este pressuposto nos remete a uma série de questões que devem ser encaradas no âmbito da reflexão sobre a cidade, o urbano e o espaço. Trataremos de alguns deles que pensamos serem fundamentais.

Um primeiro ponto que é fundamental para entender a revolução urbana e a constituição da sociedade urbana é o método que Lefebvre utiliza. Aplicado inicialmente no âmbito de suas empreendidas no campo da “sociologia rural”, o método regressivo-progressivo⁹⁰ será o suporte tanto para se entender a problemática urbana como a problemática do espaço.

Tal método segue os pressupostos de Marx. O método que Lefebvre utiliza é histórico, ainda que não no sentido habitual do termo. Tendo como suporte o que ele denomina de *transdução*, isto é, a reflexão sobre o objeto virtual, possível – a sociedade urbana – por meio de uma hipótese teórica, ele elabora um eixo espaço-temporal que permite entender a realidade urbana histórica, mas partindo do virtual para o atual, do atual para o passado, e do passado retornando para o atual: “o futuro iluminou o passado, o virtual permitiu situar e analisar o realizado” (LEFEBVRE, 2008b p. 31). E prossegue, afirmando que

Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existe tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado), progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo). (LEFEBVRE, 2008b, p. 31)

É esse recurso metodológico que permite a análise da sociedade urbana, da maneira conceituada por Lefebvre. Ora, se esta sociedade é atual e ao mesmo tempo virtual, se ela não está realizada, mas está em vias de realização, é somente recorrendo a um método

⁹⁰O método regressivo-progressivo aparece nos artigos “Problème de sociologie rural” e “Perspective de sociologie rural”, ambos publicados nos Cahiers Internationaux de Sociologie, em 1949 e 1953, respectivamente, e reproduzidos como os dois primeiros capítulos de *Lo rural a lo urbano* (LEFEBVRE, 1971a). Este método é comentado por Martins (1996, 2011), Frehse (2001), Silva (2014), além do texto de Remi Hess (1991). O comentário mais famoso acerca do método de Lefebvre foi realizado por Sartre em *Questões de método*, que reproduzimos um trecho a seguir: “foi um marxista, entretanto, Henri Lefebvre, que deu um método, na minha opinião simples e irreprochável, para integrar sociologia e história na perspectiva da dialética materialista [...] A este texto tão claro e tão rico, nada temos a acrescentar senão que este método, com sua fase de descrição fenomenológica e seu duplo movimento de regressão depois de progressão, nós o cremos válido – com as modificações que podem se impor a seus objetos – em todos os domínios da antropologia” (SARTRE, 1984, p. 134, n. 21 – grifos do autor). Importa aqui deixar claro que o próprio Lefebvre, no livro *Tiempos equívocos*, alerta que Sartre confunde-se e acaba por lhe atribuir a autoria do método regressivo-progressivo, quando na verdade o método é do próprio Marx, que foi apenas explicitado no célebre artigo de sociologia rural por Lefebvre (LEFEBVRE, 1976, p. 143-144).

que vai além da dedução e da indução clássica que uma sociedade como tal pode ser entendida. Não visto desta maneira, o urbano é reduzido à análise dos conceitos forjados na sociedade industrial; torna-se, assim, um “campo cego”. Isto é, um campo que é visto, olhado por nós, mas na verdade nós não o enxergamos, pois o pensamento analítico do período industrial o reduz a problemática urbana para questões como, por exemplo, o meio ambiente. Figurando além dos “campos” agrário e industrial, o urbano é, *grosso modo*, incompreendido em sua forma e em seu conteúdo.

Ao traçar o fio condutor da análise da sociedade urbana, que vai além da descrição, ainda que esta seja importante, Lefebvre observa que é necessário fazer os recortes no tempo histórico. É aí que ele aprofunda ideias já estabelecidas em *Le droit à la ville*. Novamente, a relação entre cidade e modo de produção é tida como fundamental para a compreensão da realidade urbana contemporânea. É possível observar que aqui estão as bases fundamentais para entendermos a passagem da “revolução urbana” para a “revolução do espaço”. Escreve ele que “não há dúvida que cada modo de produção ‘produziu’ (não como uma coisa qualquer, mas como uma obra privilegiada) um tipo de cidade” (LEFEBVRE, 2008b, p. 31-32). O problema, posto desta maneira, vai dar a base para a clássica tese de *La production de l’espace*, à qual voltaremos adiante de maneira mais detalhada.

Tal compreensão do fenômeno se dá no seio da concepção de cidade como espaço que concentra e dispersa ao mesmo tempo. Ao longo da história, foi a cidade que concentrou tudo: riquezas, ideias, pessoas, objetos, dinheiros, técnicas. A cidade foi o lugar da acumulação, o lugar cumulativo, ainda que o capital tenha sido originado da riqueza nascida do campo e voltando-se depois contra a cidade (LEFEBVRE, 2008b).

Por meio da ideia do processo de concentração-dispersão, analisada a partir da metáfora física da “implosão-explosão”, que depois aparecerá também na teoria da produção do espaço, Lefebvre expõe a dialética da cidade, ou, melhor, do fenômeno urbano. A própria ideia de cidade é posta em questão por Lefebvre (2008b, p. 25), sendo preferíveis os termos “fenômeno urbano” ou simplesmente “urbano”, visto que, segundo ele, “a palavra ‘cidade’ parece um lugar definido e ‘definitivo’”. O urbano, convém afirmar neste momento, “é ponto do encontro, o lugar de uma reunião, da *simultaneidade*” (LEFEBVRE, 2008b, p. 110). Lefebvre (2008b) ainda afirma em seguida que a crítica deste “objeto” – a cidade – é necessária e exige uma compreensão de um objeto virtual e possível, um processo global em vez de uma “ciência da cidade”. Assim, expressa-se e entra na análise do autor a dialética da centralidade, o fundamental, a essência do fenômeno urbano. A centralidade deve ser considerada dialeticamente, na sua criação e destruição,

concentração e desconcentração. Novamente Lefebvre retoma *Le droit à la ville* na questão da centralidade. Cada sociedade produziu não só sua cidade específica, mas produziu, além disso, a sua centralidade. A centralidade, como a essencialidade do fenômeno urbano, é, nestes termos, histórica, e por ser histórica é, também, dialética. No capítulo "La ville et l'urbain" do livro *Espace et politique* essa relação se expressa de maneira mais clara:

[...] cada época suscitou (produziu) sua própria centralidade: centro político, comercial religioso etc. Atualmente, a centralização se quer total. Ela concentra as riquezas, o poder, os meios de poder, a informação, o conhecimento, a "cultura". Numa palavra: tudo. Todavia, as centralidades sempre perecem e desaparecem, seja por excesso (noutros termos, por "saturação"), seja por falta, ou incapacidade, de atrair tal "elemento", seja, enfim, por um assalto dos excluídos, dos rejeitados para as periferias. (LEFEBVRE, 2008c, p. 124)

Sendo assim, há uma centralidade no urbano do modo de produção capitalista. De que advém esta centralidade? O que e quem ela reúne? A citação acima expressa bem: uma centralização total do poder, da informação, do conhecimento e cultura. Ou, ainda, de forma resumida, o "centro de decisão". Essa é a expressão da centralidade no modo de produção capitalista, ou, como preferia Lefebvre, no "neocapitalismo". Nesses termos, seria necessário, então, pensar – e mais do que isso, produzir – uma outra centralidade, baseada em outros conteúdos que ultrapassam os que estão postos pela centralidade no modo de produção capitalista. A ideia de centralidade é, assim, fundamental ao pensamento do autor, sendo expressa histórica e espacialmente, sendo o essencial do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2008b).

A ideia de produção do espaço figura com uma certa nitidez em *La révolution urbaine*. Em verdade, ela está delineada, ainda de forma prematura, em algumas passagens de *Le droit à la ville* e em *La vie quotidienne dans le monde moderne*. No entanto, o seu desenvolvimento só encontra uma certa maturidade nos artigos da coletânea *Espace et politique* e, enfim, em *La production de l'espace*. Assim, escreve o autor em uma passagem reveladora de *La révolution urbaine* o que ele viria a desenvolver nos trabalhos posteriores:

A produção do espaço, em si, não é nova. Os grupos dominantes sempre produziram este ou aquele espaço particular, o das cidades antigas, o dos campos (aí incluídas as paisagens em que seguida parecem 'naturais'). O novo é a produção global e total do espaço social. (LEFEBVRE, 2008b, p. 140)

A ideia de revolução urbana consistiria, então, na produção de um novo espaço urbano, o qual tornaria a cidade, ou, melhor, o urbano, mais habitável, sem tantos contrastes e contradições; um espaço em que o encontro e o lúdico, a festa e a diferença, a apropriação do tempo e

do espaço seriam prioritários. Essa seria, então, a tarefa de qual sujeito? Seria a classe operária e a sua "missão histórica", como na literatura marxista clássica? Para Lefebvre, não. Segundo ele a classe operária falhou e não alcançou a revolução.

Nos dois livros lançados em 1968 (*La vie quotidienne dans le monde moderne* e *Le droit à la ville*), a ideia de revolução urbana já aparece muito bem delimitada e conceituada, embora tenha sido aprofundada posteriormente. Lefebvre utiliza a palavra "reforma urbana" nos dois livros, sobretudo nos últimos capítulos, e ainda em *Du rural à l'urbain*. No entanto, embora pareça que a palavra "reforma" nos leve a um entendimento, em tese, de um "reformismo" que não teria nenhum caráter de transformação da cidade e da vida urbana, isto é, que ela sugira um significado que não vai mais que além de uma mera alteração da morfologia da cidade, a ideia de "reforma urbana" em Lefebvre só tem sentido se esta reforma for acompanhada da revolução. É, então, de uma "reforma revolucionária" a que se refere à transformação da cidade. Nos termos do autor, "a reforma urbana tem, portanto, um alcance revolucionário" (LEFEBVRE, 2008a, p. 141). É esse caráter revolucionário que fará o urbano e não o contrário (LEFEBVRE, 1991), que se ergue como alicerce da revolução do espaço, da produção de um espaço novo como projeto político¹⁰ necessário para "mudar a vida", projeto este que só se efetivará mediante a adoção de estratégias que são opostas às estratégias da classe dominante (LEFEBVRE, 2008b, p. 140).

"Mudar a vida": da revolução urbana à revolução do espaço

No âmbito das ciências sociais, o livro *La production de l'espace* é certamente um dos que mais tem sido citado nas últimas décadas. Ainda que na época do seu lançamento não tenha suscitado grande discussão, com a "virada espacial" nas ciências sociais e a articulação entre urbanização e globalização cada vez mais crescente, a teoria da produção do espaço lefebvriana tornou-se atraente (SCHMID, 2012). Ao que parece, a atração se deu pelo reconhecimento da importância cabal do espaço na sociedade moderna, como Lefebvre mostrou em várias de suas obras (LEFEBVRE, 1973b, 1974, 1976a).

Os fundamentos da teoria lefebvriana são complexos, abarcam uma gama de questões e a sua discussão foi realizada por muitos estudiosos¹¹. Os seus pressupostos

¹⁰Para Lefebvre (2000, p. 73) o projeto de um outro espaço e uma outra vida pode ser pensando como um projeto político de forma dialética, ao mesmo tempo sim e não; sim, pelo fato de envolver uma política do espaço, e não, porque vai mais além, por envolver uma crítica à política geral e em específico à política espacial. Assim, o espaço introduz o antipolítico no político, a crítica à política, levando à autodestruição desta, ao fim do político (LEFEBVRE, 2000, p. 478).

¹¹Os exemplos são muitos. Citamos, todavia, apenas alguns que a nosso ver

fundamentais, isto é, os aspectos cruciais da teoria da produção do espaço, parecem, no entanto, ter sido negligenciados. Ora a atenção é dada a um determinado nível de escala, ora a um processo. Como Schmid (2012) mostrou, a teoria da produção do espaço é sustentada por três elementos que até então foram negligenciados pelos analistas da obra de Lefebvre: a elaboração de um conceito específico de dialética baseado em Hegel, Marx e Nietzsche; a teoria da linguagem baseada em Nietzsche; e a fenomenologia francesa. Assim, o autor se debruça em uma análise profunda tanto dos fundamentos da teoria lefebvriana como dos três momentos da produção do espaço: “a triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação)” (LEFEBVRE, 2000, p. 50). Ao final de sua análise, Schmid (2012, p. 107) afirma:

A conclusão crucial a ser extraída da análise e da reconstrução da teoria da produção do espaço de Lefebvre é a seguinte: as três dimensões da produção do espaço precisam ser entendidas como sendo fundamentalmente de igual valor. O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo.

Embora este seja um debate muito interessante e atraente, não é neste ponto específico que queremos focar a discussão. Consideramos que os autores citados acima constituem um importante referencial para a discussão da teoria da produção do espaço em seus mais diversos ângulos, mas aqui trataremos de como esta teoria pode ser entendida, também, como um projeto de sociedade. O que nos interessa propriamente é: “Qual a relação desta teoria do espaço com o movimento revolucionário tal qual existe?” (LEFEBVRE, 1973, p. 21).

O livro *La production de l'espace* tem uma tese clara: “o modo de produção organiza, produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo). É assim que ele se realiza” (LEFEBVRE, 2013, p. 128). Essa tese, como se pode ver, já é em si mesma uma extensão, ou, melhor, uma ampliação das teses do autor desenvolvidas em trabalhos anteriores. Produção, aqui, antes de mais nada, é produção em *sentido amplo*, de obras, desejos, sonhos, espaço e tempo, e não produção em *sentido estrito*, de coisas e mercadorias¹². Vejamos mais detalhadamente.

Em *Le droit à la ville* e *La révolution urbaine*, Lefebvre postula a existência de diferentes tipos de cidades em diferentes modos de produção. Cada modo de produção

produziu sua cidade. Daí surge a ideia, também, de que cada modo de produção produziu a sua centralidade específica, correspondendo a cada período da história, como vimos acima. Especificamente em *La révolution urbaine*, Lefebvre articula essas ideias com a produção de espaços específicos no seio do processo de constituição da sociedade urbana ao longo da história.

Ao periodizar o tempo histórico em “campos” ou épocas “agrária”, “industrial” e “urbana”, o pensador francês mostra que cada uma destas teria sido caracterizada por um espaço específico, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Os “campos” ou “fases” rural, industrial e urbano são, por assim dizer, momentos históricos que possuem, cada um, um espaço social produzido em um contexto historicamente determinado. Entretanto, na “era urbana”, que ainda não se efetivou enquanto tal, o “espaço diferencial” apenas emerge como virtualidade no horizonte, juntamente como a sociedade urbana enquanto tipo de sociedade histórica específica. Como o foco de Lefebvre é o “ponto crítico”, isto é, o momento da inflexão rural-urbano, da industrialização, da segregação, da implosão-explosão da cidade, é nesse momento em que a problemática urbana e espacial, sobretudo, emerge com maior clareza, sendo, portanto, o desafio teórico-prático para a sociedade moderna na produção de uma outra forma de espaço.

A “era urbana”, conforme vem sendo discutida por alguns autores (entre eles Brenner e Schmid [2016]) comporta uma dimensão planetária e generalizada da urbanização. Sendo assim, nas circunstâncias do período atual, de uma urbanização que já se processa em escala mundial, transformando os mais distantes rincões do planeta, incluindo os oceanos e a atmosfera, isso por si só não se caracterizaria como um novo espaço, uma vez que a urbanização transformou radicalmente o espaço social em escala planetária, sendo, por isso, essa “era urbana” a era de um “novo espaço”? Dito de outro modo, haveria necessidade de falar de uma “revolução do espaço”, uma vez que já teríamos alcançado a “revolução urbana”, esta que terminou por produzir um espaço novo em escala mundial? Pensamos que esses questionamentos têm implicações importantes para o debate que aqui desenvolvemos. Antes de voltarmos à produção do espaço e à questão da revolução e da autogestão, que trataremos à frente, vejamos com mais calma essa relação entre revolução urbana e revolução do espaço.

Vimos anteriormente o sentido e o significado da revolução urbana para Lefebvre. Todavia, uma vez que seus escritos datam dos anos 1960-1970, isto é, já há quase 50 anos, parece que a revolução urbana, ao menos no sentido de generalização da urbanização no planeta, se efetivou. E se efetivou produzindo o espaço,

merecem destaque: Gottdiener (2010 [1985]), Soja (1993 [1989]), Harvey (2008 [1989], 2012), Carlos (1996), Oseki (1996), Limonad (2003), Castilho (2004), Alfredo (2006), Godoy (2008), Serpa (2014).

¹²Lefebvre desenvolveu essa diferenciação em vários dos seus textos. Veja-se, por exemplo, Lefebvre (1999 [1972], p. 37; 1973a, p. 23; 2000, p. 83 e seg.).

Quadro 1 – Matriz relacionando os Campos, a Prática Social e o Espaço-tempo correspondentes.

Campos (eras, fases, períodos)	Prática Social	Espaço-tempo
Rural ou agrário	Necessidade	<i>Espaço rural (Absoluto)</i> : cíclico, particulares locais justapostas: clima, sítio, flora, fauna, etnias humanas.
Industrial	Trabalho	<i>Espaço industrial (Homogêneo)</i> : tende para a uniformidade, continuidade constrangedora, para unidade racional e planificada das coações.
Urbano	Fruição	<i>Espaço urbano (Diferencial)</i> : existência conjunta dos lugares e momentos; distinção de topias (isotopias, heterotopias, utopias) etc.

Fonte: Lefebvre (2008a, 2008b). Organização do autor.

produzindo a cidade, a vida cotidiana, o tempo social. A questão, portanto, é: esse espaço produzido pela generalização da urbanização é realmente novo, no sentido que Lefebvre quis dar ao se referir à expressão "novo"? Pensamos que sim e que não. Sim, pelo fato de que nunca na história da humanidade a urbanização tornou-se tão central enquanto questão social e humana, incluídas a segregação, a pobreza, os chamados problemas ambientais, o imobiliário, entre outros. Assim, estamos realmente em um outro contexto social no qual a urbanização em escala planetária produz e reproduz o espaço; mas, por outro lado, não, pelo fato de que essa generalização da urbanização não trouxe ou não foi capaz, como Lefebvre imaginara, de produzir uma sociedade inteiramente nova, isto é, uma nova sociedade, fundada em novas relações espaço-temporais, em uma outra vida cotidiana. Como ele próprio reconhece em um dos seus últimos textos, demonstrando uma profunda decepção com os caminhos que foram trilhados, escolhidos ou mesmo percorridos: "Tivemos a impressão, há algumas dezenas de anos, que o urbano como a soma de práticas produtivas e experiências históricas seria portador de valores novos e de uma civilização outra. Essas esperanças estão desaparecendo" (LEFEBVRE, 2004, p. 21). Tal passagem revela que o autor, ainda reconhecendo o caráter planetário do urbano e da urbanização, parece ter percebido que ambos não foram capazes de produzir um novo espaço e uma nova sociedade; pelo contrário, as problemáticas existentes até então foram alçadas a um patamar inteiramente novo, sendo reproduzidas com outra envergadura: segregação social e espacial, fragmentação, periferação, todos agora em escala planetária, já que o capitalismo se estendeu ao espaço inteiro, produzindo-o e transformando-o em uma mercadoria. Nesse sentido, o "espaço diferencial", que seria o novo espaço que aparece como a dimensão

espacial da "era urbana", não se efetivou, não foi produzido, tendo persistido, agora mais amplamente, o "espaço abstrato" do neocapitalismo. Assim, presenciamos, nesses termos, uma "revolução urbana" – no sentido de uma ampliação à escala do planeta do processo urbano, isto é, um processo real em que a problemática urbana assume a sua condição mundial – sem uma "revolução do espaço" – no sentido de uma outra sociedade e espaço, que ainda permanece virtual. Em outras palavras, permanece viva a ideia expressa em *La révolution urbaine*, da sociedade urbana, hoje virtual amanhã real, presente-ausente.

Talvez por isso que Goonewardena (2011, p. 10) identifique duas "revoluções urbanas" que são tratadas por Lefebvre: uma primeira que seria a "implosão" criativa e destrutiva, ao mesmo tempo, da cidade tradicional pré-industrial, com a "explosão" periférica, policêntrica e fragmentada, dos *shopping centers* e autopistas, enquanto que a segunda seria uma "revolução urbana" visando uma cidade possível "ainda por realizar-se mediante uma transformação revolucionária do espaço social do capitalismo tardio".

Vejamos, não se trata de dizer que não seria importante a transformação urbana, da cidade, da vida cotidiana. Muito pelo contrário. Elas são fundamentais. Na verdade, as transformações revolucionárias da vida cotidiana e da cidade só têm sentido uma vez que uma revolução do espaço se imbrica e se interpenetra conjuntamente. A revolução urbana e o direito à cidade, no sentido de uma transformação radical da *cidade real* em uma *cidade possível* só toma corpo na medida em que uma outra vida cotidiana se apresenta no horizonte. Todavia, Lefebvre é claro: a luta pela cidade, o direito à cidade pode fornecer as condições e os objetivos para a ação revolucionária¹³. Avancemos, agora, na discussão.

¹³"A revolução fará o 'urbano', e não o contrário, embora a vida urbana e sobretudo

No prefácio de *La production de l'espace*, escrito em 1985 e publicado na segunda edição do livro em 1986, Lefebvre é mais claro quanto a sua proposta, e novamente ele apresenta como o método, já discutido alhures, ilumina a discussão e aponta para a virtualidade do futuro. De acordo com o autor, *La production de l'espace* busca

não somente caracterizar o espaço onde vivemos e sua gênese, mas encontrar a gênese da sociedade atual, através e pelo espaço produzido. Ambição que o título não anuncia abertamente. Resumamos esse desenho, inerente ao método perseguido: um estudo "retrô" do espaço social em sua história e sua gênese, a partir do presente remontando a essa gênese – depois retorno ao atual, o que permite entrever, se não prever, o possível e o futuro. (LEFEBVRE, 2013, p. 123)

Essa "previsão do futuro" ou uma clarividência, que pode ser lida enquanto possibilidades que fazem parte do real, abre espaço para o debate acerca do projeto lefebvriano. Ora, "Lefebvre não está preocupado só com o que é, mas também com o que pode ser" como muito bem foi destacado por Gottdiener (2010 [1985], p. 136). Por isso a ideia de "possível" é tão central no seu pensamento. Essa possibilidade que se abre enquanto via se dá pela análise da produção do espaço e não mais somente da produção no espaço, o que engendra contradições do espaço que devem ser superadas na perspectiva de uma transformação radical.

Lefebvre categoricamente afirma, ainda no prefácio, que "o projeto de um novo espaço permanece incerto" (LEFEBVRE, 2013, p. 129). A afirmação dessa incerteza se dá devido à análise e à constatação de que a) o capitalismo do século XX produziu um novo espaço à escala mundial, tendo sobrevivido justamente por este meio, pela produção do espaço; e b) que o socialismo existente até então – notemos que tanto em 1974, quando o livro foi publicado, quanto 12 anos depois da primeira edição, no prefácio já mencionado, o autor mantém a mesma perspectiva –, isto é, "o modo de produção socialista" não conseguiu se efetivar concretamente e produzir um espaço novo diferente do espaço neocapitalista. Somente uma revolução poderia dar conta dessa tarefa de produzir um espaço novo, mas uma revolução que fosse, também e além da revolução urbana, visto que a realização desta sem a realização daquela não provocaria rupturas históricas a ponto de se constituir uma nova sociedade. Então, o que Lefebvre entende como "revolução"?

A ideia de "revolução" está presente em vários textos e livros de Lefebvre. Busquemos aqui um suporte em alguns dos seus trabalhos a respeito do tema.

a luta pela cidade (pela sua conservação e renovação, pelo direito à cidade) possam fornecer as condições e os objetivos a mais de uma ação revolucionária" (LEFEBVRE, 1991, p. 215 – grifos do autor).

No artigo *La classe ouvrière est-elle révolutionnaire?*¹⁴, Lefebvre (1971b) apresenta uma distinção de dois tipos de revolução segundo duas perspectivas: uma versão mínima e uma versão máxima. A primeira refere-se mais à manutenção de uma coerência das relações sociais, enquanto a segunda, como Marx a empregou, refere-se ao desaparecimento de uma série de instituições, da nação, do Estado, da família etc. Lefebvre, então, analisa a ideia de classe trabalhadora em Marx e Lenin, e mostra que há uma ideologia construída em torno da classe trabalhadora/operária, um fetichismo ao qual se posiciona contra; aponta, ainda, as ambiguidades da mesma no mundo moderno: o não abandono de um projeto revolucionário, ainda que numa "versão mínima", ao mesmo tempo em que o não aburguesamento pelo consumo; um papel muito mais conjuntural do que mesmo estrutural. Para Lefebvre, então, por ser conjuntural e não estrutural, a classe trabalhadora – que para ele é diferente do proletariado, este existente à escala mundial pela "proletarização do mundo" – tem alcance limitado, visto que a sua busca está mais direcionada à mudança nas relações de produção¹⁵.

A revolução, nesse sentido, teria de ser máxima, total, implicando todas as estruturas em uma transformação radical, visando a produção de uma nova sociedade. Nesse sentido, a revolução aparece em três níveis¹⁶:

a) no *nível econômico*, destacando a realização da abundância e a automação completa da produção em função das necessidades sociais e não individuais programadas;

b) no *nível político*, o enfraquecimento e a destruição do Estado, dos aparatos políticos e da política;

c) no *nível cultural*, tendo como exigência fundamental a reabilitação plena e completa da obra, da liberdade, da criação, apropriação, do estilo e do valor (de uso), do ser humano.

Esses níveis não podem ser vistos isolados, sob pena de cair na ideologia. Este último nível em particular, o cultural, é mais detalhado por Lefebvre. Uma "revolução cultural", na perspectiva do autor, que inclusive a chama de "nossa", "tem como fim e sentido a criação de uma cultura que não seja instituição, mas estilo de vida" (LEFEBVRE, 1991, p. 214). E ainda, "não pode ter finalidades simplesmente 'culturais'. Ela orienta a cultura

¹⁴ Há uma versão em português deste mesmo texto, publicada no livro *A reprodução das relações de produção* (LEFEBVRE, 1973a), terceiro capítulo, intitulado "Classe operária e a re-produção das relações de produção". No entanto, o segundo capítulo de *Le survie du capitalisme: la re-production des rapports de production* (LEFEBVRE, 1973c), que é a versão original em francês do livro *A reprodução das relações de produção*, tem o mesmo título do artigo de 1971(b).

¹⁵ Este aspecto é ressaltado por Araújo (2012).

¹⁶ Lefebvre (1991, p. 208-209)

em direção a uma prática: a cotidianidade transformada" (LEFEBVRE, 1991, p. 214). Ela seria a realização da filosofia, com uma crítica radical da cultura do prestígio e das ilusões que são ligadas a esta palavra, de sua institucionalização (LEFEBVRE, 1991).

No último capítulo de *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Lefebvre apresenta o que ele denomina como "revolução cultural permanente". Para ele, o processo revolucionário deve levar em conta alguns aspectos: a) reforma e revolução sexual; b) reforma e revolução urbanas; c) a festa reencontrada. Assim, transformar-se-ia o cotidiano em obra, tanto mentalmente como socialmente, culminando na autogestão.

Essa revolução englobaria, necessariamente, a produção do espaço. A concepção de revolução na perspectiva lefebvriana é construída a partir das análises da vida cotidiana no mundo moderno, em que propõe a ideia de uma "revolução cultural permanente" distinta daquela que foi posta em prática, por exemplo, por Mao na China, ampliando-a na discussão do direito à cidade e da revolução urbana, culminando na discussão ampla da própria produção do espaço. Nos seus termos, "é necessário um projeto global que proponha expressa e deliberadamente uma outra maneira de viver [...] [que] arrasta consigo ou pressupõe uma outra concepção do espaço e do tempo" (LEFEBVRE, 1973b, p. 37-38).

A revolução consistiria, necessariamente, em uma revolução do espaço. Pergunta Lefebvre ao expor a sua teoria da produção do espaço: "Qual a relação desta teoria do espaço com o movimento revolucionário tal qual existe?" (LEFEBVRE, 2000, p. 482). Deixemos o próprio responder:

[...] uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria; ela fracassa; ela não muda a vida; ela só modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não acompanhando, necessariamente, o outro, igualmente. (LEFEBVRE, 2000, p. 66)

E ainda, nos artigos "Le mondial et le planétaire" e "L'espace: produit social et valeur d'usage", Lefebvre dá continuidade, explicando o processo revolucionário e suas implicações espaciais.

O processo revolucionário implica o fim de toda propriedade privada, e antes disso, da propriedade privada (ou ainda: privativa) do solo. A sociedade transformada supõe a posse e a gestão coletiva do espaço. Quanto à orientação do processo que começa assim, passando por certa abertura ela tenderá a superar a contradição entre a obra e o produto: entre o produto repetido e reproduzível, sua reprodução levando à reprodução das relações sociais – e a obra, o único, aquele que carrega a marca de um "sujeito", de um momento que não voltará mais. Isto tratará de produzir o espaço planetário como obra do espaço humano, a instar o que se nomeou e ainda se nomeia arte. Portanto

de criar o espaço terrestre como suporte social de uma vida cotidiana metamorfoseada: em possibilidades múltiplas. O que havia prometido os grandes utopistas, Fourier, Marx, Engels, cujo pensamento estimulado pela imaginação, o conhecimento e o sonho podem se realizar. Trabalho concreto e sem limites, o espaço evitando a alternativa temporal entre o finito e o infinito (entre o começo e o fim). (LEFEBVRE, 1973b, p. 21 – grifos do autor)

A revolução do espaço implica e amplifica a revolução definida como uma mudança da propriedade dos meios de produção. Ela o confere uma dimensão nova, a partir da supressão de uma propriedade privada particularmente perigosa: aquela do espaço, subsolo, solo, espaço terrestre, areal, planetário e interplanetário. (LEFEBVRE, 1976a, p. 20)

Um outro espaço, isto é, o contraespaço – um espaço diferencial, que suplantaria o espaço abstrato do capitalismo (homogêneo – hierarquizado – fragmentado) –, comportaria, do ponto de vista de Lefebvre, uma outra cidade. Mais que isso, seria o urbano, uma outra centralidade, diferente do "centro de decisão", com a vitória do valor de uso sobre o valor de troca, com a apropriação para além da dominação, com o reestabelecimento da festa e do lúdico, com a transformação radical da vida cotidiana. Um espaço onde as diferenças prevaleceriam contra a homogeneidade e a hierarquia, suprimindo as segregações, isso tudo evidentemente no plano da escala mundial.

Utopia! Diria alguém... Disse seu interlocutor¹⁷. Lefebvre estava ciente disso. Para ele não há pensamento sem utopia, e a utopia – no sentido de uma utopia-concreta – é justamente aquilo que vislumbra o possível-impossível, uma hipótese estratégica como via de transformação teórica e prática do mundo. Utopiano, para dizer a verdade, e não utopista¹⁸. Em verdade, "utopia experimental", baseada no "possível humano", fundamentada numa crítica do real-existente com a ajuda da "imagem" e do "imaginário", visualizando uma cidade virtual, possível, "um novo urbanismo", distinto do pragmatismo e empiricismo que o urbanismo enquanto ideologia projeta nas cidades¹⁹.

Que espaço, porém, seria este que Lefebvre imagina e propõe enquanto projeto revolucionário teórico e prático, uma vez que o próprio socialismo de Estado não conseguiu produzir um espaço novo, senão uma forma espacial planejada, reforçando e agravando o modelo capitalista²⁰? Concretamente, a resposta a esta pergunta para ele seria: a autogestão.

O tema da autogestão é um terreno pantanoso na obra lefebvriana. Isso porque ainda não recebeu muita atenção dos comentaristas e analistas de sua obra, ainda

¹⁷Cf. Lefebvre (1991, p. 202-204).

¹⁸"o possível faz parte do real, então sou um amante da utopia. Não digo utopista, veja bem. Amante da utopia, partidário do possível" (LEFEBVRE, 1991, p. 203).

¹⁹Em seu artigo de 1961, reproduzido em *Du rural à l'urbain* (LEFEBVRE, 1971a [1970]).

²⁰Ver as críticas ao socialismo de Estado em Lefebvre (1973, 2000).

que alguns deles tenham se debruçado criticamente a respeito deste tema no pensamento de Lefebvre, como é o caso de Souza (2014). Destaca-se, nesse sentido, o texto de Trebitsch (2003), que investigou o envolvimento do filósofo francês nas discussões e nos debates sobre a autogestão e como que essa ideia foi se desenvolvendo ao longo de seu pensamento e de suas obras mediadas pela prática e pelos debates suscitados por situações concretas e reais, como Maio de 68, por exemplo. Sem adentrar de fato numa análise específica a respeito da ideia de autogestão em Lefebvre, interessa-nos somente discutir como que para ele um “espaço autogestionário” seria a saída para as contradições do espaço abstrato capitalista. Noutros termos, a relação entre autogestão e produção do espaço é que se objetiva discutir neste momento.

A autogestão é, segundo Lefebvre (1991, p. 215), “a atividade de um grupo que toma em suas mãos seu papel e seu destino social”. Essa definição rápida, simples, mas ao mesmo tempo precisa, permite ao autor construir a relação desta com o espaço. Dito de outra maneira, a preocupação de Lefebvre é de entender que uma reconstrução de “baixo para cima” e não de “cima para baixo” seria a via necessária para uma autogestão territorial em diversos níveis, que em outras palavras significa uma *autogestão geral* (LEFEBVRE, 1976a). É a mesma lógica do pensamento de Marx, da “restituição do mundo de cabeça para baixo” (LEFEBVRE, 1976a, p. 19).

Em uma entrevista concedida à revista *La Nouvelle Critique*, Lefebvre (1980 [1979]) aponta para a necessidade de pensar a autogestão como nascendo e se exercendo no plano das relações sociais, não somente do político e do econômico tomados isoladamente. Ela seria a *via estratégica do possível*, de tornar o impossível possível, de alcançá-lo teórica e praticamente.

Tentarei uma definição teórica de autogestão: quando um grupo, no mais amplo sentido do termo, seja o conjunto de trabalhadores de uma empresa, seja os habitantes de um bairro ou cidade, já não mais aceita passivamente as condições de existência, quando já não permanece passivo diante das condições que lhe são impostas, tentando ao invés dominar e governar tais circunstâncias, dizemos que há uma tentativa de autogestão. E podemos dizer que há um avanço dentro da autogestão, e na direção dela. Neste sentido, gostaria de enfatizar meu ponto de vista: a autogestão não é um sistema jurídico. O erro dos iugoslavos é o de que a autogestão não pode constituir um sistema imposto. Ela é uma via, uma luta perpétua e perenemente renascente. Uma tentativa autogerencial é algo de essencial e fundamental, pois significa o domínio das condições de existência. (LEFEBVRE, 1980, p. 95)

Embora aí não esteja diretamente clara a relação entre a autogestão e o espaço, esta relação se percebe a partir de algumas expressões usadas pelo autor:

“bairro”, “cidade”, por exemplo. É, entretanto, em outra entrevista anterior, concedida em 1972 para a revista *Actuel*, que Lefebvre expõe mais claramente a relação entre a autogestão e o espaço. Essa entrevista, na qual debate ideias a respeito da cibernética e do urbano, além do espaço, o filósofo ou melhor, metafilósofo, como ele se autodenominava, encerra com a seguinte afirmação, após um questionamento do entrevistador a respeito do socialismo e do Estado: “Na atualidade se fala de autogestão das empresas; a meu modo de ver, a sociedade revolucionária será a autogestão do espaço” (LEFEBVRE, 1975 [1972], p. 109).

Há, portanto, uma relação direta entre autogestão e a produção do espaço no projeto de Lefebvre. O espaço diferencial, o reino das diferenças, do valor de uso, o cotidiano transformado, todos esses processos só serão viáveis a partir do momento em que uma revolução do espaço seja posta em prática e em teoria, tomando a via da autogestão generalizada do espaço como condição *sine qua non* para “mudar de vida”. É então do *direito ao espaço* (LEFEBVRE, 1976a) que se trata, no contexto de uma sociedade transformada, no contexto de outro espaço, outro cotidiano, outra cidade, outra vida urbana, outra sociedade.

Resta ainda se perguntar: quem são os agentes que podem subverter a lógica do espaço abstrato produzido pelo capitalismo no curso do seu desenvolvimento e da sua sobrevivência? Lefebvre (1973, p. 19) reconheceu a existência de muitos agentes operando na produção do espaço: “políticos, tecnocratas e planejadores, militares, financistas, autoridades locais, trabalhadores da construção, ‘usadores’ e ‘lutas urbanas’ etc.”, além, claro, dos arquitetos e urbanistas. No entanto, são os movimentos sociais, ou, melhor, “os movimentos dos usuários” que têm este papel. Para Lefebvre, ainda que a classe trabalhadora tenha o potencial revolucionário, ela sozinha é limitada. São os movimentos dos usuários que são determinantes na produção de um novo espaço, de um espaço diferencial, porque eles “reclamam uma organização do espaço exterior ao lugar de trabalho” (LEFEBVRE, 1976a, p. 16).

Não é à toa que Lefebvre se mostrava bastante preocupado com o “silêncio dos usuários” em *La production de l'espace*, ao mesmo tempo em que depositava neles o papel da transformação da vida, o motor das transformações e da subversão do espaço abstrato a favor de um espaço diferencial.

Há que elaborar uma transformação dos usuários em “usadores”, e isso se dá a partir do reconhecimento do papel revolucionário que eles têm a desempenhar. Por usuários Lefebvre entende serem os agentes que questionam a lógica do espaço abstrato do valor de troca avivando o conceito de uso. São também os consumidores de serviços, que reclamam por moradia,

saúde, melhorias nos transportes. Em suma, são movimentos de protestos e de contestação (LEFEBVRE, 1978). Essas reivindicações são parciais, segundo ele, e não têm, ainda, o alcance da ideia de uso. Os usuários reivindicam o valor de uso do espaço, e mostram que este resiste à generalização do valor de troca. Para os movimentos de usuários, o espaço não é somente espaço econômico e valor de troca, mas, sobretudo, valor de uso (LEFEBVRE, 1976a). Entretanto, o "uso" não é a mesma coisa que "valor de uso", eles não coincidem, pois este só passa a existir na medida em que os elementos são produzidos e vendidos²¹, isto é, quando tornam-se, também, valor de troca (LEFEBVRE, 1978). Pensar o predomínio do "uso", ainda que este venha somente a partir da vitória do valor de uso sobre o valor de troca, é vislumbrar a apropriação do espaço, a produção do espaço diferencial "por uma intervenção ativa e massiva dos 'interessados'" (LEFEBVRE, 2000, p. 81), uma autogestão generalizada do espaço, à escala mundial, na qual os usuários dariam lugar aos "usadores".

Estes movimentos avivam o conceito do uso sem o reduzir a um simples consumo de espaço; eles acentuam relações das pessoas (indivíduos, grupos, classes) no espaço com seus níveis: a vizinhança e o imediato, o urbano e as imediações, a região e a nação, o mundial, enfim. Eles experimentam as modalidades de ação nos diversos degraus, sendo a experiência e o saber dos "participantes". Eles suscitam a hipótese de uma eventual convergência entre as reivindicações concernentes ao trabalho (a empresa) e as que concernem ao espaço inteiro, quer dizer à vida cotidiana. (LEFEBVRE, 1978, p. 272-273)

É tarefa da esquerda, para o autor, "dar impulsão a todos esses movimentos" (LEFEBVRE, 1976a, p. 17). A luta de classes se desenvolve no espaço, produz o espaço e é na sua processualidade que se vislumbra uma mudança radical da vida

A autogestão torna-se, assim, como revela Lefebvre (2015 [1966], p. 1875) a "*abertura para o possível*", na qual o horizonte utópico de transformação pode se concretizar e se realizar em um "caminho prático para *mudar a vida*", caminho esse que não é viável apenas por tentativas reformistas, que melhoram pontualmente e setorialmente a vida social e urbana. É um caminho revolucionário, uma estratégia política, e não uma utopia, no sentido de espontaneidade. Ela tem um conteúdo social e político, que se desdobra em uma estratégia, caso contrário, fracassa. Produto das contradições, a autogestão não eliminaria a luta de classes, mas superaria as dissociações, as separações²²; relaciona-se, assim, com uma participação direta e efetiva na produção e na gestão do espaço, desdobrando-se em

uma "pedagogia social", supondo uma nova prática social não redutível ao plano do econômico, trazendo, assim, a transformação do cotidiano para a ordem do dia (LEFEBVRE, 1968).

Considerações finais

Os debates em torno da obra de Henri Lefebvre apresentam questões que são fundamentais para entender a sua obra. Se em muitos aspectos há um certo consenso em torno dos autores, é difícil cravar que em um contexto geral exista ponto pacífico em torno das análises de sua obra. Autores já clássicos como David Harvey, Edward Soja, mas também mais novos como Łukasz Stanek e Christian Schmid, só para exemplificar, animam o debate e mostram que é pelo conflito de ideias e de interpretações que o conhecimento avança. Interessante, quanto a isso, foi uma fala que José de Souza Martins proferiu no 35º encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em 2011, que na oportunidade frisou que o maior medo de Lefebvre seria que sua obra e seus escritos se tornassem um sistema, tal qual fizeram com Marx, ou seja, produzir consensos no sentido de fechar o seu pensamento, mas, pelo contrário, seriam as discordâncias que fariam a teoria avançar e o pensamento fluir.

Os variados temas, alguns mais debatidos e famosos do que outros, levantam muitas questões para o pensamento do mundo contemporâneo e o visualizar o impossível-possível. Há uma estreita relação entre vida cotidiana, cidade, urbano e espaço. Melhor, ambos se articulam e se interpenetram, isto é, falar de uma revolução do espaço é ao mesmo tempo falar de uma revolução urbana, que englobaria também o direito à cidade e uma revolução da vida cotidiana.

A autogestão, bem como os temas referentes ao Estado e as relações deste com a produção do espaço, ainda que venham sendo debatidos, precisam de um maior mergulho por parte daqueles que se dedicam não só a divulgar e comentar sua obra, mas a utilizá-la como ferramental teórico-metodológico para pesquisas que visam desvelar o mundo moderno. Porém, é necessário ter o cuidado com o empírico para não esquecer a teoria e acabar num empirismo sem o retorno ao abstrato, que é parte fundamental do conhecimento.

Exemplos desse movimento existem na própria obra do autor, como em sua entrevista à revista *Villes em Parallèle* em 1983, traduzida e publicada em *Espaço e Debates*, na qual afirma a importância das transformações de sua terra natal, os Pirineus Atlânticos, e principalmente a construção da Cidade-Nova de Lacq-Mourenx, que

²¹Lefebvre (1978, p. 275) dá os exemplos da água, do ar e da luz.

²²A autogestão não elimina a luta de classes. Pode estimulá-la. Sem ela, a participação não tem sentido; ela permite manipulações; ela se torna ideologia" (LEFEBVRE, 1968, p. 122).

embasaram suas pesquisas sobre a produção do espaço. Além disso, estudos sobre a própria obra do autor vêm apontando na mesma direção. É sabido que Lefebvre visitou a América Latina para trabalhos, tendo conhecido o Chile, o México, a Venezuela e o Peru nos anos 1970. Nessa época, ele também passou pelo Brasil, mas não se sabia o quanto a sua passagem em terras brasileiras teria influenciado sua produção teórica. É essa relação que vem sendo revelada mais profundamente pelos estudos de Marie Huchzermeyer. As pesquisas da autora apontam que a América Latina em geral, e o Brasil em particular, impactaram Lefebvre de uma forma tão grande que contribuiu para a sua teoria da produção do espaço²³, uma vez que, segundo sua avaliação, somente depois de ter estado no Brasil ele fez menções em seus escritos a respeito das favelas de uma forma que ainda não tinha realizado: “ele somente fez essa conexão [dos seus conceitos] com assentamentos informais após ter estado no Brasil”, e percebeu também serem esses espaços uma possibilidade de abertura política, pois “ele fala sobre essa intensa vida social e sobre esse alto nível de autogestão do espaço ou auto-ordenamento espacial” (HUCHZERMEYER, 2016, p. 56).

Pensamos que o texto que o leitor tem em mãos aqui é apenas uma contribuição a mais para o debate por meio da ideia de “revolução do espaço”, que pensamos ser uma ideia importante que Lefebvre apresenta em alguns momentos da sua obra a respeito, fundamentalmente, do espaço, e que está indubitavelmente articulada e conexas com as ideias de vida cotidiana, direito à cidade, revolução urbana e autogestão, e que podem ser traduzidas pela expressão “mudar a vida”, entendida aqui como um projeto, no qual a utopia está presente, tornando o impossível possível e vislumbrando o mundo no qual o uso, a apropriação e a diferença tornar-se-iam reinantes.

²³Em entrevista recente, ela afirmou: “o impacto foi menos de Lefebvre sobre o Brasil e mais do Brasil sobre Lefebvre. Conforme ele visitava favelas, ele descobria o quão intensa era aquela vida social e como havia nela uma possibilidade para que o que ele chamava de ‘urbano’ não fosse destruído. Isso me fez prestar atenção especificamente na forma como ele escreve e usa favelas em *A produção do espaço*, publicado em 1974. Lá ele escreve de forma bem diferente em relação aos seus livros anteriores, nos quais ele mencionava favelas e subúrbios como fazendo parte de forças de segregação, insinuando que eles fossem apenas ‘diferença induzida’. A minha hipótese é de que essas mudanças de abordagem são resultado de sua viagem ao Brasil. Para isso, seria necessário examinar seus diários, o que não é algo simples e fácil de fazer” (HUCHZERMEYER, 2016, p. 56).

Referências

- ALFREDO, A. (2006). O mundo moderno e o espaço: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. *Geosp – espaço e tempo*. São Paulo, n. 19, p. 53-79
- ANDERSON, P. (1985). *A crise da crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- ARAÚJO, J. A. (2012). Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. *Geosp – espaço e tempo*. São Paulo, n. 31, p. 133-142.
- BRENNER, N.; SCHMID, C. (2016). La "era urbana" en debate. *EURE*, Santiago, v. 42, n. 127, p. 307-339.
- CARLOS, A. F. A. (2011). *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. (1996). A mundialidade do espaço. In: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p. 121-134.
- CASTILHO, C. J. M. (2004). O filósofo Henri Lefebvre: um pensador do espaço? (Um precursor da discussão do espaço na filosofia, como uma dimensão fundamental à compreensão e elucidação da teoria social crítica, detonando um processo epistemológico do objeto de estudo da geografia). *Revista de Geografia (Recife)*, Recife, v. 21, n. 2, p. 59-76.
- DAMIANI, A. L. (2012). Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. esp., p. 254-283.
- ESPACES ET SOCIÉTÉS. (1994). *Actualité d'Henri Lefebvre*. Paris, n. 76, v. 2.
- FERNANDES, E. (2012). La construcción del "derecho a la ciudad" en Brasil. In: RENGIFO, M. R; PANILLA, J. F. P. (co-ords.). *La ciudad y el derecho: una introducción al derecho urbano contemporáneo*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Derecho – Editorial Temis, p. 494-518.
- FRESHE, F. (2001). Potencialidades do método regressivo-progressivo. Pensar a cidade, pensar a história. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, v. 13, n. 2, p. 169-184.
- GARNIER, J.-P. (2012). El derecho a la ciudad desde Henri Lefebvre hasta David Harvey. Entre teorizaciones y realización. *Ciudades*, Valladolid, v. 15, n. 1, p. 217-225.
- GODOY, P. R. T. (2008). A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. *Geosp – espaço e tempo*, São Paulo, v. 23, p. 125-132.
- GOONEWARDENA, K. (2011). Henri Lefebvre y la revolución de la vida cotidiana, la ciudad y lo Estado. *Urban*, Madrid, n. 2, p. 1-15.
- GOTTDIENER, M. (2010). *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- HARVEY, D. (2014). A visão de Henri Lefebvre. In: _____. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, p. 9-24.
- _____. (2012) O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- _____. (2008) *A condição pós-moderna*. 17. ed. São Paulo: Loyola.
- HESS, R. (1991). Le methode d'Henri Lefebvre. *Multitudes*. Disponível em: <<http://www.multitudes.net/La-methode-d-Henri-Lefebvre/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- HUCHZERMEYER, M. (2016). Por uma leitura lefebvriana da periferia. Entrevista com Erick Omena. *E-metropolis*, Rio de Janeiro, n. 25, ano 7, p. 59-54.
- LEFEBVRE, H. (2015 [1966]). Problèmes théoriques de l'autogestion. In: ASSOCIATION AUTOGESTION. *Autogestion: l'encyclopédie internationale*. Paris: Editions Syllepse, p. 1875-1884.
- _____. (2013). Prefácio – a produção do espaço. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 27, v. 79, p. 123-132.
- _____. (2008a [1968]) *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro.
- _____. (2008b [1970]). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EdUFMG.
- _____. (2008c) [1973]). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- _____. (2006). A produção do espaço. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).
- _____. (2004 [1989]). Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire, *Revue Le Somme et le Reste*, p. 21-23.
- _____. (2001 [1972]). *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (2000 [1974]). *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Anthropos.
- _____. (1991 [1968]). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- _____. (1990 [1983]). Entrevista: conversa com Henri Lefebvre. Trad. Manuel Rolando Berríos. *Espaço e Debates*, n. 30, p. 61-69.
- _____. (1980 [1979]). Henri Lefebvre: uma vida dedicada a pensar e teorizar sobre a luta de classes. Entrevista com Bruno Bernardi. Rio de Janeiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 21, v. 3, n. 3, p. 87-108.
- _____. (1978). L'espace et L'état. In : _____. *L'État, tome IV, Les contradictions de l'Etat moderne* (la dialéctique et/de l'Etat. Paris: Union Générale d'Éditions, p. 259-324.
- _____. (1976a). L'espace: produit social et valeur d'usage. *La Nouvelle Revue Socialiste*, Paris, n. 18, p. 11-20.
- _____. (1976b [1975]). *Tiempos equívocos*. Barcelona: Editorial Kairós.
- _____. (1975 [1972]). Conversações com os radicais. *Entrevista*. Vários. Madrid: Kairos, p. 92-109.
- _____. (1973a). *A reprodução das relações de produção*. Porto: Escorpião.
- _____. (1973b). Le mondial et le planétaire. *Espaces et Société*, Paris, p. 15-22.
- _____. (1973c). *Le survie du capitalisme: la re-production des repports de production*. Paris: Anthropos.
- _____. (1972 [1970]). *El Manifiesto Diferencialista*. Madrid: Siglo XXI.
- _____. (1971a [1970]). *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península.
- _____. (1971b) La classe ouvrière est-elle révolutionnaire? *L'Homme et la société*, n. 21. Colloque de Cabris: sociologie et révolution, p. 149-156.
- _____. (1968). Sobre a autogestão. In: _____. *A Irrupção – a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*. São Paulo: Documentos, p. 121-125.
- LENCIONI, S. (2015). Totalidad y tríadas: comprendiendo el pensamiento de Lefebvre. In: MATTOS, C.; LINK, F. *Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad*. Santiago do Chile: RIL Editores, p. 57-78.
- L'HOMME ET LA SOCIÉTÈ. (2012). *Henri Lefebvre: le pensée devenue monde*. Paris, n. 185-186.
- LIMONAD, E. (org.). (2003). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: GECEL, Grupo de Estudos de Cidade, Espaço e Lugar UFF, Universidad Federal Fluminense.
- MARCUSE, P. (2011). ¿Qué derecho para qué ciudad en Lefebvre? *Urban*, Madrid, n. 2, p. 17-21.
- MERRIFIELD, A. (2011). El derecho a la ciudad y más allá: notas sobre una reconceptualización lefebvriana. *Urban*, Madrid, n. 2, p. 101-110.
- MARTINS, J. S. (2011). A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. 35ª *Reunião Anual da Anpocs MR-17 – Vinte anos sem Henri Lefebvre*, p. 1-7.
- _____. (1996). As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: _____. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.
- OSEKI, J. H. (1996). O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.
- PAQUOT, T. (2011). Releer El derecho a la ciudad de Henri Lefebvre. *Urban*, Madrid, n. 2, p. 81-87.
- _____. (2009). Redécouvrir Henri Lefebvre, *Rue Descartes*, Paris, n. 63, p. 8-16.

- PAULO NETTO, J. (2015). Lefebvre, 1955: crítica e generosidade. *Blog da Boitempo*, 16/11/2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/16/lefebvre-1955-critica-e-generosidade/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- PRETECEILLE, E. (1989). Les marxistes et la question urbaine. *Politix*, v. 2, n. 7-8, p. 24-29.
- RUE Descartes. (2009). Droit de cité. Paris, n. 63, v. 1.
- SARTRE, J.-P. (1984). Questão de método. In: _____. *O existencialismo é um humanismo; a imaginação; questão de método*. São Paulo: Abril, p. 109-191.
- SEABRA, O. C. L. S. (1996). O Pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 74, p. 7-21.
- SCHMID, C. (2012). A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *Geosp – espaço e tempo*. São Paulo, n. 32, p. 89-109.
- SERPA, A. (2014). A teoria das representações em Henri Lefebvre. *Geosp – espaço e tempo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495.
- SILVA, A. C. M. (2015). A contribuição do método regressivo-progressivo na análise de Henri Lefebvre. O Vale de Campan. Estudo de Sociologia Rural. *Geosp – espaço e tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 25-43.
- SOJA, E. W. (1993 [1989]). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOUZA, M. L. (2014). Do "direito à cidade" ao direito ao planeta: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura (1ª parte). *Passa Palavra, Ideias e Debates*, Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/07/97823>>. Acesso em: 22 mar. 2015.
- STANEK, Ł.; SCHMID, C. (2011). Teoría, no método: Henri Lefebvre, investigación y diseño urbanos en la actualidad. *Urban*, Madrid, n. 2, p. 01-08.
- TERRITÓRIOS. (2013). *La vigencia de Henri Lefebvre en la investigación socio-territorial*. n. 29.
- THIOLLENT, M. (1988). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, São Paulo, n. 10, v. 2, p. 63-100.
- TOPALOV, C. (1988). Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 23, p. 5-30.
- TREBITSCH, M. (2003). Henri Lefebvre et l'autogestion. In: GEORGI, F. (dir.), *Autogestion. La dernière utopie*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 65-77.
- _____. (1997). Henri Lefebvre et la critique radicale. *Lettre d'information*, n. 23, Les années 68: événements, cultures politiques et modes de vie, p. 1-21.
- URBAN. (2011). *Espectos de Henri Lefebvre*. Madrid, n. 2.
- VEIGA, J. E. (2004). Os caminhos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 51-67.
- VEREDAS. (2004). *Revista del pensamiento sociológico*. Xochimilco, n. 8.